

Tarifas públicas subiram 290% em 11 anos, diz pesquisador

Desde o início do Plano Real, em julho de 1994, até outubro deste ano, as tarifas dos serviços públicos - energia, água e esgoto, transporte e telefonia - tiveram reajuste de cerca de 290%, muito acima do aumento do salário mínimo e de qualquer índice inflacionário do período. Só o índice de telefonia subiu 750% nesses 11 anos.

O coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas da USP (IPC-Fipe), Paulo Picchetti, informou que as tarifas de energia elétrica cresceram 250%; de água e esgoto, 273%; e de gás de botijão, 510%. Ele comparou esses índices com os custos de produtos de alimentação, que aumentaram 107% no mesmo período.

Para o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, deputado **Luiz Antonio Fleury (PTB-SP)**, o impacto desses aumentos é ainda mais forte no orçamento das famílias de baixa renda. Fleury, que abriu, na quarta-feira (30), o seminário *Tarifas dos Serviços Públicos*, na Câmara, defendeu a necessidade da revisão dessas tarifas para aliviar o bolso dos mais pobres.



Durante o seminário, deputados defenderam a necessidade de revisão das tarifas

O coordenador jurídico do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Cláudio Péret Dias, apresentou dados segundo os quais o maior número de consultas aos órgãos de defesa do consumidor no País diz respeito aos serviços públicos essenciais, como os de fornecimento de água e energia. Segundo ele, as reclamações de cobrança indevida representam 63% dos atendimentos.

Segundo o diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Fernando Maia, 48 milhões de residências consomem energia elétrica no País, das quais 17 milhões pagam a tarifa social - pelo me-

nos 50% inferior à normal. Quem paga por esse desconto são os outros 31 milhões de consumidores de energia.

Uma das soluções para uma redução ainda maior das

tarifas para a população de baixa renda, sugerida pelo diretor da Abradee, é a revisão da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas contas de energia da população que vive em condições de pobreza - mais de 50% da população, segundo o IBGE.

Outra sugestão, apresentada pela representante da ONG Associação Pro Teste Consumidores, Flávia Lafèvre, é a aprovação do Projeto de Lei 3.430/04, do deputado **Dimas Ramalho (PPS-SP)**, que altera os critérios para a concessão da tarifa social de energia para consumidores de baixa renda.

Aneel defende setor e afirma que lucro vem caindo

Apesar dos altos reajustes do setor nos últimos dez anos — de cerca de 250% —, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, informou que o lucro das concessionárias de energia tem caído, embora não seja essa a percepção do consumidor. De acordo com Kelman, o motivo é o aumento dos encargos e tributos, que são integralmente repassados aos consumidores.

Segundo Kelman, 31,77% do valor das tarifas do setor elétrico estão vinculados à geração de energia, 7,8% à transmissão, 26,43% à distribuição e 34% a encargos e tributos.

Segundo o diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Fernando Maia, os encargos sociais tiveram um aumento de 500% entre 1998 e 2004; os tributos subiram 184%; os custos de geração e transmissão, 193%; e a distribuição teve uma elevação de 81%.

Participantes pedem melhorias em saneamento e transporte

Os participantes do seminário *Tarifas dos Serviços Públicos* também debateram a necessidade de universalização dos serviços de saneamento básico e de qualificação dos serviços de transporte coletivo urbano, com maior participação dos usuários na estruturação dos sistemas. Durante o evento, representantes de concessionárias pediram subsídio estatal para garantir a prestação dos serviços para a população mais pobre.

Os representantes dos setores de saneamento e de transporte coletivo também destacaram o grande impacto dos tributos na composição das tarifas públicas. Segundo o assessor técnico da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), Marcos Tadeu Abicalil, o que mais pesou na composição das tarifas desde 1997 foram os impostos.

“Atualmente, de cada R\$ 1 da conta de água, R\$ 0,23 são usados para pagamento de tributos”, exemplificou.

Abicalil questionou sobre quem deve financiar a expansão dos serviços: os usuários conectados à rede ou todos os cidadãos. “Se não quisermos aumentar as tarifas, precisamos aumentar o orçamento estatal para o setor”, opinou. Para ele, o principal desafio que o sistema de saneamento básico enfrenta hoje no País é a expansão do serviço. Segundo o técnico, a situação é ruim porque, desde 1997, a receita caiu mais de 20%. O consumo também teria diminuído quase 20% nesse período, devido à redução no tamanho e mudanças no perfil das famílias.

Direito social

O presidente da Associação Nacional das Empresas de Trans-

portes Urbanos (Antu), Otávio Vieira da Cunha Filho, afirmou que o setor de transporte coletivo no Brasil passa pela pior crise de sua história, com queda na demanda e na produtividade. Apesar de ser um direito social, o setor dos transportes atende cada vez menos às necessidades da população, disse. Para Cunha Filho, o principal desafio da área é melhorar a qualidade do serviço, que tem como único remunerador o usuário, quase sempre o de menor renda.

O representante das empresas queixou-se do “aumento muito superior à inflação” nos preços dos insumos, como óleo diesel e pneus. “Por esse motivo, a tarifa aumentou além do poder aquisitivo dos usuários”, explicou. Para baratear as tarifas, Cunha Filho sugeriu a criação de subsídios tributários para os insumos; a redução dos tributos diretos e dos encargos sociais; e o custeio extra-tarifário das gratuidades e benefícios e dos passagens escolares.

Para Russomanno, falta qualidade

O deputado **Celso Russomanno (PP-SP)** afirmou que os concessionários de serviços públicos são obrigados pela legislação a prestar serviços de qualidade, mas lamentou que falte qualidade ao transporte urbano no Brasil. O deputado ressaltou que o aporte financeiro das empresas de transporte urbano nas campanhas dos candidatos mais bem posicionados nas pesquisas, em cada eleição, impede qualquer mudança no sistema.

SEMINÁRIO

Entidade culpa privatização por tarifas altas

Durante o seminário *Tarifas dos Serviços Públicos*, a advogada do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) Daniela Trettel culpou a privatização dos serviços públicos pela alta nas tarifas. Na opinião dela, a privatização incluiu a lógica da lucratividade na condução da atividade. Trettel deu como exemplo o aumento de mais de 100% acima da inflação na assinatura básica da telefonia, desde o início da privatização do sistema. A palestrante destacou que, quando o serviço é prestado diretamente por uma autarquia ou empresa estatal, a tarifa deve ter como finalidade somente a expansão e a recuperação do sistema.

O técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) José Maurício Soares afirmou que as tarifas dos serviços públicos aumentaram muito mais do que os demais produtos e pressionaram o custo de vida do País na última década.

De acordo com uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mais de 50 milhões de brasileiros não usam transporte coletivo de forma regular, porque não podem pagar pela tarifa. A informação foi apresentada pelo presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviários, Ferroviários, Hidroviários e Aéreos, José Felinto.

O representante dos usuários enfatizou que, por ser um serviço público de natureza essencial, é fundamental que o usuário participe das decisões em relação ao transporte público. Felinto lembrou que a Lei das Concessões de Transportes Públicos estabelece a criação de comissões tripartites (com a participação do governo, de empresas e de usuários) para a gestão do sistema. Entretanto, lamentou, apenas 1% das cidades brasileiras têm suas comissões instaladas. A participação dos usuários também foi defendida pelo coordenador do Fórum Nacional dos Procons, Arhimedes Pedreira Franco.

O representante do Ipea José Alex Sant'Anna acredita que um bom planejamento do sistema, voltado para o usuário, seja necessário. O pesquisador defendeu, no caso dos transportes coletivos, o estabelecimento de uma tarifa calculada pelo efetivo uso, isto é, definida conforme a distância percorrida pelo passageiro.